



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

Compra de fórmulas enterais lácteas e suplementos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Abadia dos Dourados/MG e mandados judiciais, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas na tabela abaixo e neste documento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO PREVISTO	VALOR TOTAL MÁXIMO PREVISTO
1	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL NORMOCALÓRICO. INDICADO PARA CRIANÇA DE 1 A 10 ANOS DE IDADE. SEM PROBLEMA DE ABSORÇÃO. FORMA DE APRESENTAÇÃO LATA DE 850 GR. NOME COMERCIAL PEDIASURE. MANDADO JUDICIAL -	UN	200	149,48	29.896,00
2	COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL DESTINADO À CRIANÇA A PARTIR DE 04 ANOS DE IDADE. EM PÓ. NUTRICIONALMENTE COMPLETA E RICA EM VITAMINAS. APRESENTAÇÃO LATA DE 380G A 400G. SABOR A DEFINIR NO PEDIDO. PRODUTO EQUIVALENTE A NUTREN KIDS. SUSTAGEM KIDS E FORTINI -	UN	50	35,60	1.780,00
3	DIETA ENTERAL LÍQUIDA NUTRICIONALMENTE COMPLETA E HIPER CALÓRICA. ISENTA DE LACTOSE E GLUTEN. PARA USO ENTERAL OU ORAL. SIMILAR OU SUPERIOR A ISOSSOURCE 1.5 CAL FRASCO 1 LITRO -	UN	2.500	46,92	117.300,00
4	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, ISENTA DE LACTOSE, INDICADA PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA COM INTOLERÂNCIA À LACTOSE OU CONDIÇÕES QUE EXIJAM DIETA COM RESTRIÇÃO DESSE DISSACARÍDEO, ACONDICIONADO EM LATA DE 800G. EQUIVALENTE AO APTAMIL SL. MANDADO JUDICIAL Nº 5002707-79.2024.8.13.0193. -	UN	250	181,29	45.322,50
5	DIETA ENTERAL LÍQUIDA NUTRICIONALMENTE COMPLETA. NORMOCALÓRICA 1.2 KCAL. NORMOPROTEICA E NORMOLIPÍDICA. COM 100 POR CENTO PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. ISENTA DE LACTOSE. SACAROSE. GLUTEN. SEM FIBRAS. SISTEMA ABERTO DE 1000ML. EMBALAGEM TETRAPACK. SIMILAR OU SUPERIOR A ISOSSOURCE SOYA 1.2 -	UN	1.500	27,23	40.845,00
6	FÓRMULA HIPOALERGÊNICA À BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTREMAMENTE HIDROLISADA. APRESENTAÇÃO EM LATA DE 800G. OU SUBSTITUIR NA ENTREGA POR DUAS DE 400G. SABOR A DEFINIR NO PEDIDO. PRODUTO EQUIVALENTE AO	UN	150	156,43	23.464,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

7	APTAMIL PEPTI - FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE SEGUIMENTO. PARA LACTENTES E CRIANCAS DE PRIMEIRA INFANCIA. COM PROTEINA EXTENSAMENTE HIDROLISADA E COM RESTRICAO DE LACTOSE. COM DHA E ARA E NUCLEOTIDEOS. FORMA DE APRESENTACAO LATA DE 400GR. REFERENCIA COMERCIAL OU SUPERIOR PREGOMIN PEPTI OU ALFARE -	UN	300	119,33	35.799,00
8	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANCAS DE PRIMEIRA INFANCIA COM NECESSIDADES ESPECIFICAS COM RESTRICAO DE LACTOSE. FORMULA SEM LACTOSE. FORMA DE APRESENTACAO 1 LATA DE 400GR. REFERENCIA COMERCIAL IGUAL OU SUPERIOR APTAMIL SEM LACTOSE OU NAN SEM LACTOSE -	UN	500	52,31	26.155,00
9	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E OU CRIANCAS DE PRIMEIRA INFANCIA DESTINADA A NECESSIDADE DIETOTERICAS ESPECIFICAS. CRINACAS COM ALERGIAS ALIMENTARES. LEITE DE VACA. SOJA HIDROLISADA. COM RESTRICAO DE LACTOSE E A BASE DE AMINOACIDOS LIVRE. FORMA DE APRESENTACAO LATA DE 400 GR. REFERENCIA COMERCIAL IGUAL OU SUPERIOR. NEOCATE LCP -	UN	500	141,17	70.585,00
10	NUTRICAO COMPLETA E PARA USO ORAL E ENTERAL BALANCEADA ESPECIALMENTE DESENVOLVIDA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE CRIANCA DE 01 A 10 ANOS CONTRIBUI PARA RECUPERACAO NUTRICIONAL DE CRIANCAS DEBILITADAS. NAO CONTEM GLUTEN E LACTOSE. APRESENTACAO EM LATA DE 400GR. SABOR A DEFINIR NO PEDIDO. PRODUTO EQUIVALENTE A PEDIASURE. NUTREN JR -	UN	100	165,55	16.555,00
11	SUPLEMENTACAO DE NUTRICAO ENTERAL OU ORAL. SEM SABOR. HIPERPROTEICO. LATA CONTENDO NO MINIMO 700GRAMAS. CONTEM CARBOIDRATOS MALTODEXTRINA. PROTEINAS. LEITE DESNATADO. PROTEINA ISOLADA DO SORO DO LEITE. CASEINATO DE CALCIO E GORGURAS. FONTE DE FIBRAS. NAO CONTEM GLUTEN. REFERENCIA COMERCIAL IGUAL OU SUPERIOR NUTREN SENIOR -	UN	200	84,25	16.850,00
			Valor total geral = 424.552,00		

A estimativa das quantidades constantes na tabela abaixo foi elaborada com base no histórico de consumo apurado no Pregão Eletrônico nº 015/2025 – Processo nº 029/2025, destinado ao fornecimento de fórmulas enterais lácteas e suplementos nutricionais, considerando a análise entre os quantitativos inicialmente previstos e o efetivamente consumido durante a vigência da ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Para definição dos quantitativos atuais, a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG realizou levantamento das demandas das Unidades Básicas de Saúde (UBS), atendimentos domiciliares e demandas judiciais, promovendo ajustes conforme a necessidade identificada, com acréscimo nos itens de maior consumo, redução nos itens de baixa utilização, manutenção dos quantitativos compatíveis com a demanda e exclusão de itens que não apresentam mais necessidade de aquisição.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O fornecimento destes bens é enquadrado como continuado tendo em vista que são indispensáveis para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A saúde pública constitui um dos pilares fundamentais da garantia da dignidade da pessoa humana e da efetivação dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988. No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG, o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde representa dever essencial da Administração Pública, especialmente quando relacionado à preservação da vida, à recuperação clínica de pacientes em situação de vulnerabilidade e à promoção de condições adequadas de tratamento. Nesse contexto, a assistência nutricional especializada assume papel indispensável dentro das políticas públicas municipais de saúde, uma vez que a adequada nutrição está diretamente relacionada à prevenção de agravamentos clínicos, à recuperação do organismo, à resposta satisfatória aos tratamentos médicos e à melhoria da qualidade de vida dos pacientes atendidos pela rede pública municipal.

No âmbito do Município de Abadia dos Dourados/MG, observa-se demanda contínua e crescente por fórmulas nutricionais especializadas destinadas ao atendimento de pacientes acompanhados pela rede municipal de saúde, muitos dos quais apresentam quadros clínicos complexos e necessitam de suporte alimentar específico como parte indispensável do tratamento terapêutico. Entre os pacientes beneficiados encontram-se indivíduos em estado de desnutrição ou risco nutricional, pessoas acamadas ou com limitações severas para alimentação via oral, portadores de doenças crônicas e degenerativas, pacientes em tratamento oncológico, usuários acometidos por distúrbios metabólicos e demais casos em que haja prescrição médica e nutricional indicando a necessidade de alimentação enteral ou suplementação especializada.

A disponibilização de fórmulas enterais lácteas e suplementos nutricionais revela-se medida essencial para assegurar atendimento humanizado, contínuo e eficiente aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS vinculados ao município de Abadia dos Dourados/MG, especialmente àqueles que apresentam necessidades alimentares específicas e que dependem desses insumos para manutenção da saúde e continuidade de tratamentos médicos. Muitos pacientes acompanhados pela Secretaria Municipal de Saúde encontram-se em condições clínicas delicadas, frequentemente associadas à desnutrição, limitações alimentares, enfermidades crônicas, doenças degenerativas, tratamentos oncológicos, distúrbios metabólicos ou incapacidade de ingestão alimentar convencional, fatores que tornam imprescindível a utilização de suporte nutricional especializado como parte integrante da terapêutica médica.

A necessidade de garantir esse atendimento decorre não apenas da obrigação constitucional do Município em promover o direito à saúde, mas também da responsabilidade administrativa da Secretaria Municipal de Saúde em assegurar a continuidade, eficiência e integralidade dos serviços públicos prestados à população. A Lei Federal nº 8.080/1990 estabelece que a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica e nutricional, integra o campo de atuação do Sistema Único de Saúde, reforçando o dever dos entes públicos em adotar medidas capazes de garantir tratamento adequado aos pacientes que



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

necessitam de acompanhamento especializado. Assim, o fornecimento regular de fórmulas enterais e suplementos nutricionais representa medida indispensável para o cumprimento das diretrizes legais, constitucionais e humanitárias que regem a saúde pública brasileira e as ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG.

As necessidades a serem atendidas abrangem pacientes em estado de desnutrição ou em risco nutricional, pessoas acamadas ou com limitações severas de alimentação via oral, indivíduos portadores de doenças crônicas e degenerativas, pacientes em tratamento oncológico, usuários acometidos por distúrbios metabólicos e demais situações clínicas em que haja indicação médica e nutricional para utilização de fórmulas específicas. Em muitos casos, esses produtos constituem a única alternativa viável para assegurar a ingestão adequada de nutrientes necessários à manutenção das funções vitais do organismo, evitando o agravamento do quadro clínico e contribuindo diretamente para a recuperação do paciente assistido pela rede municipal de saúde.

Além da demanda ordinária existente no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, destaca-se a crescente necessidade de atendimento aos mandados judiciais direcionados ao Município de Abadia dos Dourados/MG, nos quais o Poder Judiciário determina o fornecimento imediato de fórmulas enterais e suplementos nutricionais a pacientes específicos. O reconhecimento judicial do direito fundamental à saúde e à vida impõe ao Município a obrigação de disponibilizar tais produtos de maneira célere, contínua e eficiente, sob pena de comprometimento do tratamento médico e agravamento do estado clínico dos pacientes beneficiados. Dessa forma, a manutenção de estoque adequado e a organização eficiente do fornecimento tornam-se indispensáveis para assegurar o cumprimento das decisões judiciais, evitando prejuízos à Administração Pública e, sobretudo, riscos à integridade física e à vida dos usuários atendidos.

As justificativas que fundamentam a necessidade desse atendimento especializado estão diretamente relacionadas à preservação da saúde pública municipal, à promoção do bem-estar social e à redução dos impactos decorrentes da ausência de suporte nutricional adequado. A deficiência nutricional em pacientes debilitados pode ocasionar agravamento significativo de doenças, aumento do tempo de internação hospitalar, maior incidência de infecções, redução da resposta imunológica, complicações clínicas severas e elevação dos índices de mortalidade. Nesse sentido, a disponibilização adequada de fórmulas enterais e suplementos nutricionais contribui não apenas para a recuperação dos pacientes, mas também para a racionalização dos gastos públicos com tratamentos de alta complexidade, hospitalizações prolongadas e intervenções médicas emergenciais que poderiam ser evitadas mediante assistência nutricional preventiva e contínua.

Outro aspecto relevante refere-se à promoção da dignidade humana e da equidade no acesso aos serviços públicos de saúde no Município de Abadia dos Dourados/MG. Grande parte dos pacientes que necessitam desses produtos encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, não possuindo condições financeiras de arcar com os elevados custos das fórmulas nutricionais prescritas. A atuação da Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, representa importante instrumento de inclusão social e proteção à população mais fragilizada, assegurando que o tratamento médico não seja interrompido por limitações financeiras e que os usuários recebam assistência compatível com suas necessidades clínicas e nutricionais.

Os impactos positivos esperados são amplos, permanentes e diretamente relacionados à melhoria das condições gerais de saúde da população atendida pela rede pública municipal. A disponibilização regular de fórmulas enterais e suplementos nutricionais tende a proporcionar melhora significativa no estado nutricional dos pacientes, fortalecimento imunológico, maior eficácia nos tratamentos médicos, recuperação clínica mais rápida e redução de complicações associadas à desnutrição e às doenças de base. Espera-se ainda a diminuição das internações recorrentes, a redução do tempo de permanência hospitalar, o menor índice de agravamentos clínicos e a otimização da utilização dos recursos públicos destinados à saúde municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Sob a ótica administrativa e social, os benefícios também se refletem no fortalecimento da rede municipal de saúde de Abadia dos Dourados/MG, na ampliação da capacidade de resposta da Secretaria Municipal de Saúde diante das demandas clínicas e judiciais, na promoção de atendimento mais humanizado e na garantia de maior segurança e continuidade terapêutica aos pacientes que dependem desses insumos nutricionais. A medida contribui para a eficiência da gestão pública, assegura maior previsibilidade no atendimento das necessidades da população e reforça o compromisso do Município com a efetivação das políticas públicas de saúde e com a proteção da vida.

Dessa forma, evidencia-se que a disponibilização de fórmulas enterais lácteas e suplementos nutricionais atende diretamente ao interesse público, à proteção da vida e à garantia da assistência integral à saúde, constituindo medida indispensável para assegurar tratamento digno, contínuo e adequado aos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG, bem como para garantir o cumprimento das determinações judiciais e a efetividade dos princípios constitucionais, legais e administrativos que regem a Administração Pública e o Sistema Único de Saúde.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A disponibilização regular de fórmulas enterais lácteas e suplementos nutricionais constitui medida indispensável para garantir o funcionamento contínuo e eficiente dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG, especialmente no atendimento aos pacientes acompanhados pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), serviços ambulatoriais, atendimento domiciliar e demandas oriundas de determinações judiciais. O fornecimento adequado desses insumos é essencial para assegurar a continuidade dos tratamentos médicos e nutricionais, promover a recuperação clínica dos pacientes e garantir a efetividade das ações e serviços desenvolvidos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

As fórmulas enterais e suplementos nutricionais, pela sua natureza, configuram bens de consumo contínuo e de elevada relevância assistencial, diretamente vinculados à manutenção da saúde, recuperação clínica e qualidade de vida dos pacientes atendidos pela rede pública municipal de saúde. Esses produtos são indispensáveis para pacientes em situação de desnutrição, indivíduos acamados, pessoas com dificuldades de alimentação via oral, portadores de doenças crônicas e degenerativas, pacientes oncológicos, usuários com distúrbios metabólicos e demais situações clínicas em que haja necessidade de suporte nutricional especializado como parte integrante do tratamento terapêutico.

A indisponibilidade desses insumos compromete significativamente a continuidade do atendimento clínico e nutricional, podendo ocasionar agravamento do estado de saúde dos pacientes, aumento das internações hospitalares, surgimento de complicações clínicas e comprometimento da eficácia dos tratamentos médicos prescritos. Além disso, a ausência de fornecimento adequado impacta diretamente a efetividade das políticas públicas de saúde desenvolvidas pelo Município e compromete o dever constitucional do Estado de garantir o direito à saúde, previsto no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, bem como os princípios da integralidade e continuidade da assistência assegurados pela Lei Federal nº 8.080/1990.

O ciclo de vida das fórmulas enterais lácteas e suplementos nutricionais compreende um conjunto de etapas que influenciam diretamente o planejamento, a aquisição, a logística de distribuição e a gestão do fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, incluindo:

- Planejamento e definição dos itens conforme prescrições médicas, protocolos nutricionais e perfil clínico dos pacientes atendidos;
- Aquisição mediante processo licitatório, observando critérios de qualidade, composição nutricional, procedência, registro sanitário e prazo de validade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Armazenamento e conservação em condições adequadas, conforme orientações do fabricante e normas sanitárias vigentes, especialmente quanto à temperatura, luminosidade e integridade das embalagens;
- Distribuição e fornecimento conforme a demanda real das unidades de saúde, dos pacientes cadastrados e das determinações judiciais;
- Controle de consumo, rastreabilidade e acompanhamento da utilização dos produtos; e
- Descarte ambientalmente adequado de produtos vencidos, danificados ou impróprios para consumo, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental aplicável, especialmente a RDC ANVISA nº 222/2018.

Considerando esse ciclo, verifica-se que as fórmulas enterais e suplementos nutricionais possuem vida útil limitada e consumo variável, diretamente influenciados por fatores como prazo de validade, condições de armazenamento, alterações nos quadros clínicos dos pacientes, surgimento de novas demandas médicas e variações decorrentes de determinações judiciais. Em razão dessas características, a formação de grandes estoques fixos mostra-se medida ineficiente e de elevado risco para a Administração Pública, podendo ocasionar perdas por vencimento, desperdício de recursos públicos, custos adicionais de armazenamento e necessidade de descarte de produtos sem utilização.

Dessa forma, a solução mais adequada para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde é aquela que acompanha o ciclo de vida do objeto, permitindo que a aquisição, o fornecimento e o consumo ocorram de maneira planejada, proporcional e compatível com a demanda efetiva do Município. Nesse contexto, a solução mais vantajosa consiste na aquisição de fórmulas enterais lácteas e suplementos nutricionais por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços – SRP, com critério de julgamento pelo menor preço por item, conforme disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

A utilização do Sistema de Registro de Preços permite que os valores dos produtos sejam previamente registrados, possibilitando aquisições parceladas durante a vigência da ata, de acordo com a necessidade efetiva da Secretaria Municipal de Saúde. Esse modelo proporciona maior flexibilidade administrativa, evita a formação de estoques excessivos e reduz significativamente os riscos de vencimento dos produtos, promovendo maior eficiência na gestão logística e financeira da assistência nutricional especializada do Município de Abadia dos Dourados/MG. Além disso, a adoção do Pregão Eletrônico via SRP favorece maior competitividade entre fornecedores, amplia a possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública e assegura maior transparência, economicidade e eficiência ao procedimento licitatório. O modelo também proporciona melhor previsibilidade orçamentária e financeira, permitindo que os empenhos e pagamentos sejam realizados conforme a efetiva utilização dos produtos, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

As entregas deverão ocorrer de forma parcelada, conforme emissão de ordens de fornecimento expedidas pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Saúde, observando-se os quantitativos e prazos estabelecidos no instrumento convocatório e na ata de registro de preços. Essa sistemática permite que os produtos sejam adquiridos apenas quando efetivamente necessários, garantindo maior racionalidade administrativa, melhor controle de estoque e adequada utilização dos recursos públicos.

As fórmulas enterais lácteas e suplementos nutricionais a serem fornecidos deverão atender integralmente às exigências sanitárias vigentes, composição nutricional compatível com as especificações técnicas exigidas, prazo de validade adequado ao período estimado de consumo, integridade das embalagens, identificação do lote e rastreabilidade dos produtos, assegurando qualidade, segurança e eficácia no atendimento aos pacientes assistidos pela rede pública municipal de saúde.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

A contratada deverá fornecer formular enterais lácteas e suplementos de acordo com as normas vigentes, especialmente as sanitárias. A contratada deverá realizar o armazenamento, manejo e transporte dos produtos em estrita conformidade com as normas sanitárias respectivas.

4.1 Justificativa para exigência de documentos de qualificação técnica para a LICITANTE VENCEDORA

A exigência de apresentação da Autorização de Funcionamento da Empresa – **AFE, para as empresas distribuidoras, conforme lei 6.360/1976, Art. 3º, inciso 1º**, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde, justifica-se em razão da natureza do objeto da contratação, que envolve o fornecimento de fórmulas enterais lácteas e suplementos nutricionais destinados ao atendimento de pacientes acompanhados pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG. Trata-se de produtos sujeitos ao controle e fiscalização sanitária, cuja comercialização, distribuição e armazenamento exigem regular autorização dos órgãos competentes, conforme legislação sanitária vigente.

A AFE constitui documento obrigatório para empresas que exercem atividades relacionadas ao armazenamento, distribuição e comercialização de produtos sujeitos à vigilância sanitária, funcionando como instrumento de controle da regularidade sanitária da empresa perante a ANVISA. Sua exigência visa assegurar que a licitante vencedora possua autorização legal para exercer atividade compatível com o objeto licitado, garantindo maior segurança, rastreabilidade, qualidade e conformidade sanitária dos produtos fornecidos à Administração Pública.

A exigência também encontra fundamento na necessidade de proteção da saúde pública e prevenção de riscos sanitários, considerando que as fórmulas enterais e suplementos nutricionais serão destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade clínica, muitos dos quais dependem desses produtos para manutenção da saúde e continuidade de tratamentos médicos e nutricionais. Dessa forma, a apresentação da AFE demonstra que a empresa está regularmente autorizada pelos órgãos competentes e apta a operar em conformidade com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

Da mesma forma, a exigência de apresentação do Alvará Sanitário expedido pelo órgão de Vigilância Sanitária competente da sede da licitante justifica-se pela necessidade de comprovação de que o estabelecimento empresarial possui condições sanitárias adequadas para armazenamento, manuseio, comercialização e distribuição dos produtos objeto da contratação. O documento comprova que a empresa encontra-se submetida à fiscalização sanitária regular e atende às exigências de higiene, controle de qualidade, segurança sanitária e condições operacionais previstas na legislação aplicável. A exigência do Alvará Sanitário visa garantir que os produtos fornecidos ao Município de Abadia dos Dourados/MG sejam armazenados e transportados em condições adequadas, preservando sua integridade, estabilidade, qualidade nutricional e segurança para consumo, evitando riscos à saúde dos pacientes atendidos pela rede pública municipal de saúde.

4.2 Sustentabilidade

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade adequadas ao objeto, devendo ser observadas, ainda, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for aplicável.

4.3 Indicação de marcas ou modelos

Haverá indicação de marca para o item 01 deste termo de referência, fundamentado na necessidade de cumprir rigorosamente as determinações das ordens judiciais, as quais expressamente especificam a marca dos produtos a serem adquiridos. Muitos dos produtos são prescritos por médicos especializados e determinados judicialmente com indicação expressa de marca, devido à necessidade do paciente de utilizar um produto específico, sem possibilidade de substituição sem risco de impactos à saúde. Os demais itens há sugestão de marcas que devem ser seguidas, conforme descrição do item (equivalente ou superior).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

4.4 Da exigência de amostra

Não será exigida amostra.

4.5 Da exigência de carta de solidariedade

Não será exigida carta de solidariedade.

4.6 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8 Da participação na licitação

Não poderão disputar esta licitação:

- I. aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);
- II. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- IV. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- V. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VI. agente público do órgão ou entidade licitante;
- VII. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição¹; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 14133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);
- VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- IX. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item II será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a

¹ NE - Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para todos os itens desta licitação, com exceção do item 03, a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto consiste no fornecimento parcelado de fórmulas enterais lácteas e suplementos nutricionais destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG, incluindo pacientes acompanhados pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), atendimento domiciliar, serviços ambulatoriais e demandas decorrentes de determinações judiciais, conforme especificações constantes no item 1 deste Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste documento e no edital.

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, observando-se os quantitativos solicitados, os prazos estabelecidos e as especificações técnicas das fórmulas enterais e suplementos nutricionais.

5.1 Responsabilidades pelo transporte

A contratada será integralmente responsável por todos os encargos relacionados ao fornecimento dos produtos, incluindo custos de transporte, frete, seguros, carga, descarga e demais despesas necessárias para entrega das fórmulas enterais lácteas e suplementos nutricionais no local indicado pela Administração, sem qualquer ônus adicional para o Município.

O transporte deverá observar rigorosamente as normas técnicas e sanitárias vigentes, garantindo condições adequadas de acondicionamento, conservação e segurança durante todo o trajeto, de forma a preservar a qualidade, integridade e características nutricionais dos produtos.

As fórmulas enterais e suplementos nutricionais deverão ser entregues em embalagens apropriadas, devidamente lacradas e protegidas contra impactos, umidade, contaminações, exposição excessiva ao calor ou quaisquer fatores que possam comprometer sua estabilidade, conservação ou segurança para consumo. A contratada deverá observar todas as exigências legais e sanitárias aplicáveis ao armazenamento, transporte e distribuição dos produtos garantindo adequada utilização pelos pacientes atendidos pela rede pública municipal de saúde.

Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, em perfeitas condições de conservação e consumo, contendo identificação de lote, data de fabricação e prazo de validade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

devendo apresentar, no ato da entrega, prazo de validade remanescente mínimo de 90 (noventa) dias.

5.2 Das condições de fornecimento, recebimento e do prazo de entrega

I – O(s) Fornecedor(es) detentor(es) da Ata de Registro de Preços serão obrigados a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

a) Se a qualidade do produto entregue não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu a Ata, a remessa dos produtos apresentados será devolvida à detentora para substituição, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

b) Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por requisição, memorando, ofício ou fac-símile, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida e a assinatura do responsável.

c) O produto deverá ser entregue na Prefeitura Municipal, Rua Dr. Calil Porto 380; ou (Almoxarifado Central) Av. Benedito Teodoro, s/n. acompanhado da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso.

II – Em cada fornecimento, o prazo de entrega dos produtos será de, no máximo, **10 (dez) dias úteis**, e será contado a partir da Ordem de Fornecimento. Ressalva-se que, os pedidos serão fracionados durante todo **exercício de 2026** e possivelmente parte dos exercícios de 2027/2028.

a) O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento será de dois dias da data da convocação por parte do Município.

b) O local da entrega, em cada fornecimento, será o constante da Ordem de Fornecimento que será na: Prefeitura Municipal, rua Dr. Calil Porto 380; ou (Almoxarifado Central) Av. Benedito Teodoro, s/n.. O transporte e quaisquer outras despesas decorrentes serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada.

III – As condições de recebimento do objeto da ata são as seguintes de acordo com o artigo 60 inciso II, do Decreto Municipal 10.892 de 28 de dezembro de 2023:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

Caso não sejam cumpridas as exigências do Edital, o fornecedor será comunicado a retirar os produtos no local de entrega e substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes do Edital, sem nenhum ônus para a Administração.

Em caso de devolução do produto, por estarem em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas ao Fornecedor, devendo providenciar no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a sua substituição.

5.3 Especificações da garantia, manutenção e/ou assistência técnica.

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4 Contrato

O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital. Alternativamente a convocação para comparecer perante a Secretaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Municipal de Fazenda, situada na Rua Dr. Calil Porto, 380, no Centro da Cidade de Abadia dos Dourados-MG, para a assinatura do Termo de Contrato, ou o aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceito e assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG, foi publicado o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal, o Decreto nº 10.959 de 27 de maio de 2024 que regulamenta o Procedimento Auxiliar Sistema de Registro de Preços, disposto no art. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública Municipal direta e a Portaria nº 01/2026, que designa agentes públicos em função do princípio da segregação de funções. Por esta Portaria ficou designado como gestor de contratos, a servidora Ana Luiza Cenísio Teixeira de Queiroz, matrícula nº 1823 e como fiscal de contrato a servidora Kamila Duarte Pereira, matrícula nº 1925.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.

O Contratante reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto do presente contrato, se considerado em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da Contratada.

7 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

7.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

7.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

7.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

• recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

7.1.5 fraudar a licitação

7.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

7.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

7.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

7.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

7.2.1 advertência;

7.2.2 multa;

7.2.3 impedimento de licitar e contratar e

7.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

7.3.2 as peculiaridades do caso concreto

7.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

7.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

7.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

7.3.6 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

7.3.7 Para as infrações previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

7.3.8 Para as infrações previstas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

7.4 As sanções de advertência, impetrar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

7.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 7.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

7.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8. DA RESCISÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#). Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter os créditos que a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação em Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

9.1 Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será parcelado. O pedido mínimo será de R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

9.2 Modo de disputa

Modo de disputa - Aberto

9.3 Da não entrega dos produtos

Em caso da não entrega total ou parcial dos produtos, erro no fornecimento ou inadimplemento, o Fornecedor estará sujeito, sem prejuízo de sua responsabilidade civil e/ou criminal, no que couber, e as penalidades previstas da **Lei nº 14.133/21**.

9.4 Habilitação

Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

Os licitantes deverão encaminhar a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

▪ Ato Constitutivo:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor², devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

² NE - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

▪ **Prova de Inscrição no CNPJ.** O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

▪ **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS,** emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

▪ **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

▪ **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social,** incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

▪ **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

▪ **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

▪ **Certidão de negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.** Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do certame;

▪ **Alvará de Licença e Funcionamento,** em vigor;

• **Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) pelo Ministério da Saúde/ANVISA, para as empresa Distribuidoras, conforme lei 6.360/1976, Art. 3º, inciso 1º;**

• **Alvará Sanitário expedido por órgão de Vigilância Sanitária competente federal, estadual ou municipal da sede do domicílio do licitante e**

▪ **Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial,** com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP).

9.5 DECLARAÇÕES:

• está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

• não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

O objeto social descrito no ato constitutivo referente à habilitação deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto licitado. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo (a) Pregoeiro (a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme lei 14.143/21.

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia anexados na plataforma. Em caso de diligência serão solicitados os documentos originais.

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. A habilitação será verificada por meio eletrônico, no site da Licitanet.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10. PAGAMENTO

Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, em até 30 (trinta) dias, após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aprovada.

A Administração pagará ao Fornecedor o valor unitário registrado por item, conforme planilha de preços anexa, multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Solicitação de Fornecedor e da Nota de Empenho.

O Fornecedor deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e consequentemente lançado na Nota de Empenho e na presente Ata de Registro de Preços. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao Fornecedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

O Fornecedor deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração da Ata de Registro de Preços. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

A Administração poderá reter o pagamento do produto, objeto da ata, nos seguintes casos:

I – Se a qualidade do produto não corresponder às especificações exigidas no instrumento licitatório, os mesmos serão devolvidos ao Fornecedor para substituição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

II – Obrigação do Fornecedor com terceiros que, eventualmente, possa prejudicar a Administração;

III – Débito do Fornecedor para com a Administração quer provenha da execução do contrato, quer resulte de outras obrigações;

IV – Não cumprimento das obrigações contratuais, hipótese em que o pagamento ficará retido até que o Fornecedor atenda a cláusula infringida.

Nenhum pagamento isentará o Fornecedor das responsabilidades e obrigações, nem implicará na aceitação definitiva dos produtos. No preço ajustado na ata incluem-se todas as despesas verificadas tais como transporte do objeto do contrato e obrigações tributárias, trabalhistas, prêmio de seguro, para-fiscais, infortunisticas, previdenciárias, fiscais, etc.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total máximo estimado da contratação é de R\$ 424.552,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil e quinhentos e cinquenta e dois reais) conforme tabela do Item 1 deste Termo de Referência. Este valor estimado da contratação foi obtido mediante Pesquisa de Preços realizada pelo servidor Tiago Alves Canedo, matrícula nº 1232, designado pela Portaria nº 01/2026.

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações da Contratante:

- Comunicar imediatamente à contratada as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à contratante tal providência;
- Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;
- Enviar a Autorização de Fornecimento à Contratada;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da Secretaria Municipal Solicitante;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do contrato, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços/materiais prestados/fornecidos;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato.

São obrigações da Contratada:

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante.
 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - Assegurar ao Contratante o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento;
 - Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais em estrita conformidade com as normas sanitárias respectivas;
 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - Indicar preposto para representá-la durante a vigência do contrato;
 - Considerar que a ação da fiscalização do Contratante não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais;
 - Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem do Município de Abadia dos Dourados - MG;
 - Acatar todas as orientações do Município de Abadia dos Dourados - MG, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
 - Substituir o empregado que causar embaraço a boa execução dos serviços;
 - Permitir livre acesso da fiscalização, pelo Município;
 - Obedecer à legislação Ambiental;
 - Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento.
 - Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço da execução do objeto, a fim de garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;
 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante;
 - Cumprir rigorosamente os prazos pactuados;
 - Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste objeto ou os dele resultantes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre a ata de registro de preços e/ou contrato, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste objeto;
- Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21;
- Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;
- Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do objeto;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- Cumprir todas as normas regulamentares sobre a medicina e segurança do trabalho;
- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Entregar o item de acordo com os prazos estabelecidos na proposta, contados a partir da data da assinatura do Contrato;
- Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega e recebimento no local de destino;
- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, nos termos do contrato;
- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato;
- Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados;
- Paralisar por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças que fujam às especificações contratadas;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Responsabilizar-se integralmente pelas despesas com transporte e quaisquer outras adicionais referentes ao objeto contratado, de natureza direta e indireta decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, incluídos tributos, contribuições e seguros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Arcar com todas as despesas necessárias com o pessoal na execução dos serviços, tais como: remuneração, transporte, alimentação, hospedagem, seguro contra acidente de trabalho e responsabilidade civil por danos a terceiros;
- A contratada deverá atender à legislação vigente, quando aos aspectos ambientais, trabalhistas, de segurança, medicina e saúde do trabalhador e todas as demais afeitas ao campo de trabalho dos serviços dessa contratação, bem como às normas técnicas brasileiras existentes;
- A inadimplência da Contratada com referência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- A contratada deverá entregar os produtos devidamente embalados, lacrados e em perfeitas condições de conservação, higiene e consumo, assegurando a integridade e a qualidade das fórmulas enterais e suplementos nutricionais até o efetivo recebimento pela Administração;
- A contratada deverá entregar os produtos contendo identificação de lote, data de fabricação, prazo de validade, composição nutricional e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente;
- A contratada deverá assegurar que os produtos fornecidos apresentem prazo de validade remanescente mínimo de 90 (noventa) dias na data da entrega, salvo situações excepcionalmente autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- A contratada deverá realizar o transporte dos produtos em condições adequadas de acondicionamento, conservação e segurança, observando as exigências sanitárias e técnicas necessárias para preservação da qualidade e estabilidade dos produtos nutricionais;
- Cumprimento das demais cláusulas previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do Registro de Preços correrão à conta das dotações abaixo, do Orçamento do Município em vigor, ou das que vierem a substituí-las nos próximos exercícios, e demais disposições contidas na Lei nº 4.320/64, em combinação com art. 18, inciso V da Lei 14.133/21, em combinação com o § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101/2000:

As despesas com a execução da Ata correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ficha	Fonte	Dotação
162	1500	02.004.000.10.302.2521.2016.339030 – Manut. Ativ. Assist. Médica e Ambulatorial. Material de consumo

As respectivas dotações para vinculação das despesas concernentes ao exercício de 2026 serão consignadas no orçamento próprio de 2026.

As dotações orçamentárias para os possíveis exercícios de **2027 e 2028** serão consignadas no orçamento dos respectivos exercícios.

14. REAJUSTE

Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação pela Contratante do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Abadia dos Dourados, 08 de maio de 2026.

Elaborado por: _____

Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula: 1825.

Servidora responsável pela elaboração do Termo de referência pela Portaria nº 01/2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Aprovado por: _____

Leonardo Martins Alves
Secretário Municipal de Saúde.